



Relatório Final de Auditoria nº 01/2024

SEGURANÇA NOS CAMPI E NA REITORIA

2024

SUMÁRIO

I PLANEJAMENTO DOS TRABALHOS DE AUDITORIA	3
1.1. Objetivos e Escopo	4
1.1.1. Objetivo Geral	4
1.1.2. Objetivos específicos	4
1.2. Técnicas de Auditoria	6
1.3. Legislação e normas aplicadas	6
1.4. Riscos significativos	7
1.5. Adequação e a eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos da Unidade Auditada.	10
1.6. Definição da amostra	13
1.7. Programa de trabalho	14
1.8. Coordenação e Alocação da equipe de trabalho	14
1.9. Papeis de trabalho	14
II. EXECUÇÃO DOS TRABALHOS DE AUDITORIA	15
2.1 Mapeamento dos ataques ocorridos no Brasil	15
2.2 Dos Controles de Acesso	18
2.2.1 Quanto às visitas in loco	18
2.2.3 Quanto aos Contratos Administrativos	23
2.2.4 Quanto às respostas dos Diretores de Administração	24
2.3 Das Ações Institucionais	30
2.3.1 Bullying	33
2.3.2 Formação dos Profissionais	36
2.3.3 Inclusão da Família nas Ações	37
2.3.4 Canais de Denúncia e Parcerias com Instituições Externas	38
III. COMUNICAÇÃO DOS RESULTADOS DOS TRABALHOS DE AUDITORIA	40
Recomendações:	40

I PLANEJAMENTO DOS TRABALHOS DE AUDITORIA

O presente trabalho trata do planejamento e operacionalização das Atividades de Auditoria Interna com o objetivo de avaliar a segurança nos campi e na Reitoria do Ifes. A realização desta ação de auditoria está prevista no Plano Anual de Auditoria Interna (Paint) 2024, aprovado pelo Conselho Superior do Ifes.

1.1 Análise preliminar do objeto de auditoria

Após o ataque que ocorreu em 25 de novembro de 2022, quando um adolescente invadiu duas escolas em Aracruz, Espírito Santo, e efetuou disparos de arma de fogo, deixando mortos e feridos, houve um despertar nacional para a questão da segurança das pessoas nas escolas e por conseguinte o tema entrou no “radar” da Auditoria Interna que, ciente da importância da questão, o incluiu no Plano Anual de Auditoria Interna para desta forma realizar um diagnóstico da situação atual da nossa Instituição e auxiliar a gestão com sugestões de melhorias.

Na análise preliminar do objeto auditado, buscou-se coletar e analisar informações sobre o tema e sobre a unidade auditada com o objetivo de se obter conhecimento suficiente de como o Ifes tem conduzido a questão da segurança das pessoas dentro do Instituto, os riscos associados, os controles estabelecidos e quais medidas estão sendo tomadas para mitigá-los.

Foi realizado o estudo das principais legislações que envolvem o tema e dos principais documentos institucionais, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Regimento Geral do Ifes, Regimento Interno da Reitoria e dos Campi, Política de Gestão de Riscos do Ifes, Código de Ética dos Discentes que serão contextualizados nesta seção.

É importante dizer que a vida e a segurança das pessoas são direitos garantidos constitucionalmente, vejamos:

Art. 5º - “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à **vida**, à liberdade, à igualdade, à **segurança** e à propriedade (...)”

Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a **segurança**, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (destacamos)

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

- II - polícia rodoviária federal;
- III - polícia ferroviária federal;
- IV - polícias civis;
- V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.
- VI - polícias penais federal, estaduais e distrital.

Sendo assim, o Estado tem responsabilidade pela segurança dos alunos da rede pública. No ordenamento jurídico pátrio, o Estado (Governo Federal, Estadual ou Municipal) é responsável tanto pelas ações quanto pelas omissões de seus agentes (servidores).

No Ifes o objetivo principal é o de prover ensino, pesquisa e extensão, sendo essas as suas atividades finalísticas. Contudo, os serviços de segurança e vigilância, mesmo não sendo atividades precípua da instituição, são indispensáveis ao funcionamento desta pois buscam garantir a incolumidade física de pessoas e a integridade dos bens públicos. Dessa forma, é possível prevenir e/ou reduzir o alto risco de perdas e danos que podem ocorrer no ambiente escolar, considerando a dimensão da estrutura física da Instituição, o alto custo dos bens públicos alocados e o grande fluxo de pessoas dentre servidores do corpo técnico e docentes, alunos, pesquisadores, terceiros e visitantes. Assim, tais serviços situam-se entre o rol de atividades meio a serem objeto de execução indireta pela Administração Pública.

1.1.Objetivos e Escopo

1.1.1. Objetivo Geral

Verificar se o Ifes possui ações institucionais eficazes e se possui estrutura de controle de acesso adequada para a promoção de um ambiente seguro para a comunidade interna e demais usuários.

1.1.2. Objetivos específicos

Objetivo 1) Verificar se existem normativos internos que estabeleçam o padrão a ser adotado para acesso de alunos, servidores, terceirizados e demais usuários nos campi e na Reitoria, bem como se tais normativos são executados. Caso não existam normativos estabelecidos verificar quais os procedimentos adotados para o controle de acesso.

Risco: Entrada de pessoas não autorizadas portando armas ou materiais que representem risco à integridade física dos servidores, funcionários e alunos.

Escopo: Verificar a existência de normativos nos sítios oficiais do Ifes e verificar se existem procedimentos para controle de acesso à Reitoria e aos Campi da amostra por meio de S/A e/ou e-mail aos diretores de administração e por meio de verificação in loco. Verificar se os terceirizados, responsáveis pelo controle de acesso, bem como se os fiscais e gestores dos contratos de vigilância e portaria possuem conhecimento das suas atribuições e se receberam capacitação para o desempenho de suas funções. (Instrução Normativa no 05, de 26 de maio de 2017, Art. 41, § 1º e Art. 42, § 4º). Por fim verificar se os contratos administrativos de terceirização dos serviços de segurança, vigilância e de demais agentes responsáveis pelo acesso de pessoas e veículos possuem a finalidade de proteger não apenas os bens patrimoniais da instituição, mas também de garantir a segurança das pessoas.

Objetivo 2) Verificar se foram elaborados documentos/normativos internos concernentes à temática da segurança e se existem campanhas institucionais de conscientização que contemplem o suporte e acolhimento aos alunos relacionados à saúde mental e à assistência social, bem como se contemplam diálogos contínuos com a comunidade externa (famílias, serviços públicos de saúde mental e de assistência social, profissionais de segurança pública, dentre outros) para prevenção da violência.

Risco: Ocorrer um atentado à integridade física e psicológica dos usuários dos Campi e da Reitoria do Ifes;

Escopo: Verificar por meio de pesquisa no site institucional e por meio de S.A. como foi realizado o acompanhamento das ações da campanha Ifes pela Paz, se foram produzidos documentos institucionais que orientem as ações da Reitoria e dos campi do Ifes, bem como se existe o planejamento de formações e de ações de sensibilização da necessidade de uma cultura de paz no âmbito institucional. Verificar se existem campanhas institucionais de conscientização que contemplem o suporte e acolhimento aos alunos relacionados à saúde mental e à assistência social, bem como se contemplam diálogos contínuos com a comunidade externa (famílias, serviços públicos de saúde mental e de assistência social, profissionais de segurança pública, dentre outros) para prevenção da violência.

1.2. Técnicas de Auditoria

Para a realização dos exames, foram aplicados procedimentos de rotina, também conhecidos como testes de auditoria, a fim de se obter resultados conclusivos sobre o objeto analisado. Segundo a Resolução nº 780/98, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), os testes de auditoria subdividem-se em duas espécies:

- a) Testes de observância – têm por finalidade verificar a segurança dos controles internos estabelecidos, quanto ao seu efetivo funcionamento e a sua aderência às normas em vigor.
- b) Testes substantivos – objetivam comprovar a suficiência, exatidão e validade das informações produzidas, seja em sua totalidade ou por amostragem.

1.3. Legislação e normas aplicadas

Os trabalhos serão realizados em conformidade com a legislação e as normas vigentes abaixo relacionadas:

- **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988** - Lei fundamental e suprema do Brasil, servindo de parâmetro de validade a todas as demais espécies normativas, situando-se no topo do ordenamento jurídico;
- **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008** - Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências;
- **Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015** - Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying).
- **Lei nº 14.643, de 2 de agosto de 2023** - Autoriza o Poder Executivo a implantar serviço de monitoramento de ocorrências de violência escolar.
- **Portaria MPOG nº 443, de 27/12/2018** - Estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no art. 2º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018;
- **Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017** - Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

- **Resolução do Conselho Superior nº 20/2019 de 04 de julho de 2019** - Regimento Geral do Ifes - disciplina o funcionamento e regulamenta todas as atividades da Instituição;
- **Resolução do Conselho Superior nº 11/2009 de 01/12/2009** - Aprova o Estatuto do Ifes;
- **Portaria nº 19/2019** - Aprova o Regimento Interno da Reitoria;
- **Regimento Interno dos Campi ano 2016** - disciplina a organização e o funcionamento dos campi que integram o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo;
- **PDI Ifes 2019/2 a 2024/1** - Plano de Desenvolvimento Institucional para o período 2019/2 – 2024/1;
- **Resolução CONSUP/IFES nº 27 de 18 de junho de 2021** - Política de Gestão de Riscos do Ifes;
- **Portaria nº 1896, de 08 de julho de 2016** - Código de Ética e Disciplina do Corpo Docente do Ifes.
- **Portaria nº 2000/2023** - Instituiu o Comitê Institucional para Promoção da Cultura de Paz no âmbito do Ifes
- **Portaria nº 2001/2023** - Designa os servidores para comporem o Comitê Institucional para Promoção da Cultura de Paz no âmbito do Ifes.

1.4. Riscos significativos

O objetivo da avaliação de riscos consiste em formar uma base prévia para o desenvolvimento de estratégias (resposta ao risco) e de como os mesmos serão administrados, de modo a diminuir a probabilidade de ocorrência e/ou a magnitude do impacto. A avaliação de riscos é feita por meio de análises qualitativas e quantitativas, ou da combinação de ambas.

No âmbito do Ifes, a partir da publicação da Política de Gestão de Riscos/Matriz de Risco por meio da Resolução CS nº 27/2021, foram identificados os riscos da Pró-Reitoria de Ensino e da Pró-Reitoria de Administração e Orçamento em relação ao tema abordado neste trabalho com o objetivo de se conhecer e, principalmente, identificar como estão sendo tratados os riscos apresentados. Além disso, alguns dos riscos elencados abaixo tiveram como substrato

reuniões de abertura de trabalho com a Pró-reitoria de Ensino e a partir da leitura do PDI deste Instituto.

Sendo assim, esta Unidade de Auditoria Interna estabeleceu os principais riscos que envolvem o tema e que serão abordados no presente trabalho. São eles:

- 1) Entrada de pessoas não autorizadas portando armas ou materiais que representem risco à integridade física dos servidores, funcionários e alunos.
- 2) Ocorrer um atentado à integridade física e psicológica dos usuários dos Campi e da Reitoria do Ifes.

Identificação de Eventos de Riscos		Análise dos Riscos			
Nº	EVENTO DE RISCO	PROBABILIDADE INERENTE	IMPACTO INERENTE	SEVERIDADE DO RISCO	MEDIDA DE RISCO INERENTE
01	Entrada de pessoas não autorizadas portando armas ou materiais que representem risco à integridade física dos servidores, funcionários e alunos.	Provável	Catastrófico	Risco Crítico	15
02	Ocorrer um atentado à integridade física e psicológica dos usuários dos Campi e da Reitoria do Ifes;	Pouco provável	Catastrófico	Risco Alto	10

TABELA DE SEVERIDADE

MATRIZ DE RISCOS

Catastrófico
Grande
Moderado
Pequeno
Insignificante

5	10	15	20	25
4	8	12	16	20
3	6	9	12	15
2	4	6	8	10
1	2	3	4	5

Rara	Pouco provável	Provável	Muito provável	Praticamente certa
< 10%	<= 30%	<= 50%	<= 90%	

PROBABILIDADE

Tabela de Severidade	
Níveis	Pontuação
RC - Risco Crítico	13 a 25
RA - Risco Alto	7 a 12
RM - Risco Moderado	4 a 6
RP - Risco Pequeno	1 a 3

TRATAMENTO DE

RISCO

Nível de Risco	Descrição do Nível de Risco	Parâmetro de Análise para Adoção de Resposta	Tipo de Resposta	Ação de Controle
----------------	-----------------------------	--	------------------	------------------

Risco Crítico	Indica que nenhuma opção de resposta foi identificada para reduzir a probabilidade e o impacto a nível aceitável	Custo desproporcional, capacidade limitada diante do risco identificado	Evitar	Promover ações que evitem/eliminem as causas e/ou consequências.
Risco Alto	Indica que o risco será reduzido a um nível compatível com a tolerância a riscos	Nem todos os riscos podem ser transferidos. Exemplo: Risco de Imagem, Risco de Reputação	Reduzir	Adotar medidas para reduzir a probabilidade ou impacto dos riscos, ou ambos
Risco Moderado	Indica que o risco será reduzido a um nível compatível com a tolerância a riscos	Reduzir probabilidade ou impacto, ou ambos	Compartilhar ou Transferir	Reduzir a probabilidade ou impacto pela transferência ou compartilhamento de uma parte do risco. (seguro, transações de hedge ou terceirização da atividade).
Risco Pequeno	Indica que o risco inerente já está dentro da tolerância a risco	Verificar a possibilidade de retirar controles considerados desnecessários	Aceitar	Conviver com o evento de risco mantendo práticas e procedimentos existentes

1.5. Adequação e a eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos da Unidade Auditada.

Com relação ao Gerenciamento de Riscos, consta na IN conjunta CGU-MP nº 01/2016 que se trata do “processo para identificar, avaliar, administrar e controlar potenciais eventos ou situações, para fornecer razoável certeza quanto ao alcance dos objetivos da organização” bem como ao Decreto nº 9.203/2017 que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Quanto ao gerenciamento de riscos o Ifes possui, desde 2021, a Política de Gestão de Riscos instituída por meio da Resolução Consup nº 27/2021, e tem por objetivo estabelecer princípios, diretrizes, governança e responsabilidades a serem observadas no processo de gestão de riscos no Ifes. Como desdobramento da referida política, foi construída uma Matriz de Risco de todas as Pró-Reitorias e dos setores vinculados ao Gabinete do Reitor do Ifes, na qual foram traçados os principais riscos inerentes a cada setor e demais informações correlatas, essa Matriz foi recentemente atualizada, recebendo o nome de Gestão de Riscos do Ifes 2º Ciclo | 2024-2026.

Na referida Matriz de Riscos não foram identificados riscos relacionados diretamente ao tema Segurança das Pessoas. Entretanto, na Matriz de Riscos da Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) foram identificados riscos que podemos relacionar com a questão da segurança no Instituto, são eles: cursos com baixa eficiência acadêmica; e não atendimento adequado e necessário dos estudantes nas suas especificidades, conforme imagem a seguir:

Objetivo Estratégico Promover eficiência e eficácia acadêmica com inclusão		
Risco Cursos com baixa eficiência acadêmica	Nível Crítico	Resposta ao risco Reduzir
Ação de tratamento proposta <ul style="list-style-type: none"> Mapear periodicamente a eficiência acadêmica dos cursos junto aos campi Implementar a revisão do Plano Estratégico da Permanência e Êxito dos estudantes do Ifes Criar instrumentos de monitoramento do Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos estudantes do Ifes Orientar os processo de autoavaliação dos cursos para subsidiar a análise das potencialidades e fragilidades dos cursos 	Responsáveis <ul style="list-style-type: none"> Dir. de Ensino Técnico Dir. de Graduação Dir. de Assuntos Estudantis 	Início: 2024/2 Término: 2025/2
Risco Não atendimento adequado e necessário dos estudantes nas suas especificidades	Nível Alto	Resposta ao risco Mitigar
Ações de tratamento propostas <ul style="list-style-type: none"> Criar instrumentos de monitoramento para captar informações para subsidiar formação de indicadores para avaliação do PNAES Estabelecer fluxos e cronogramas para realização dos monitoramentos dos programas AE 	Responsáveis <ul style="list-style-type: none"> Dir. de Ensino Técnico Dir. de Graduação Dir. de Assuntos Estudantis 	Início: 2024/2 Término: 2025/1
Ações de tratamento propostas <ul style="list-style-type: none"> Elaborar instrumento de monitoramento da aplicação das diretrizes de inclusão na Educação Especial e da Educação para as Relações Étnico Raciais 	Responsáveis <ul style="list-style-type: none"> Dir. de Ensino Técnico Dir. de Graduação Dir. de Assuntos Estudantis, Fonaqne e Foneabi 	Início: 2024/2 Término: 2025/2
Ações de tratamento propostas <ul style="list-style-type: none"> Promover ações formativas nas temáticas que abrangem o processo de ensino e aprendizagem 	Responsáveis <ul style="list-style-type: none"> Pró-reitor(a) de Ensino Dir. de Ensino Técnico Dir. de Graduação Dir. de Assuntos Estudantis 	Início: 2024/2 Término: 2025/2

No risco 'cursos com baixa eficiência acadêmica' a Proen destacou, dentre outras, as seguintes ações de tratamento: implementar a revisão do Plano Estratégico da Permanência e Êxito dos estudantes do Ifes e criar instrumentos de monitoramento deste plano.

Já no risco 'não atendimento adequado e necessário dos estudantes nas suas especificidades' a Pró-Reitoria de Ensino propôs duas ações que podem direta ou indiretamente contribuir na prevenção de ataques de violência na escola, são elas: elaborar instrumento de monitoramento da aplicação das diretrizes de inclusão na Educação Especial e da Educação

para as Relações Étnico Raciais; e Promover ações formativas nas temáticas que abrangem o processo de ensino e aprendizagem.

Entende-se que ao executar as ações propostas para mitigar e/ou reduzir os riscos identificados pela PROEN podem ser identificadas situações potencialmente ameaçadoras bem como podem ser identificados alunos sofrendo com bullying, assédio, discriminações, problemas familiares, sociais, psíquicos e mentais. Situações que podem ser propulsoras de baixa eficiência acadêmica e evasão escolar, mas que também podem ser geradoras de ataques violentos nas escolas.

Na Matriz de Riscos da Pró-Reitoria de Administração e Orçamento (PROAD) também foram identificados riscos que podem impactar na segurança do Instituto, são eles: insuficiência das diretrizes para a gestão de contrato; e sobreposição das atividades sistêmicas e operacionais relacionadas à infraestrutura e gestão patrimonial, conforme imagem a seguir.

Ação realizada Gerir os contratos administrativos	Identificação do Risco ⚡ Insuficiência das diretrizes para a gestão de contrato.	Avaliação do Risco Alto 	Resposta ao Risco* D
Ação proposta ➤ Aprimorar o manual de gestão contratual, com a definição de todos os instrumentos a serem utilizados na rotina.	Responsáveis 👤 Coordenadoria de Gestão de Contratos	Início: iniciado Término: 12/2024	
Ação realizada Gerir a infraestrutura física e patrimonial da Reitoria	Identificação do Risco ⚡ Sobreposição das atividades sistêmicas e operacionais relacionadas à infraestrutura e gestão patrimonial	Avaliação do Risco Alto 	Resposta ao Risco* C
Ação proposta ➤ Criação de estrutura administrativa autônoma, exclusiva para gestão da sede da Reitoria	Responsável 👤 Reitoria	Avaliar Organograma	

Na mesma linha de raciocínio utilizada para relacionar os riscos e ações propostas pela PROEN com o objeto deste relatório, entende-se que ao promover o aprimoramento da gestão dos contratos de terceirização dos serviços de segurança, vigilância e de demais agentes responsáveis pelo acesso de pessoas e veículos no Ifes e ao gerir a infraestrutura física na Reitoria, a PROAD estará contribuindo para a melhoria da segurança no instituto.

Já em relação aos aspectos de governança, não consta nada sobre a temática da segurança em nenhum dos 20 objetivos estratégicos do Folder Institucional de Governança do Ifes. Entretanto no Regimento Geral do Ifes constam competências atribuídas à PROAD que

estão diretamente ligadas à promoção da segurança tanto das pessoas quanto do patrimônio físico/material do Instituto, vejamos:

Art. 39. Compete à Pró-Reitoria de Administração e Orçamento, diretamente e por meio de suas diretorias e demais órgãos executivos complementares:

V. propor ao Reitor a alocação de recursos financeiros, materiais e humanos para cumprimento dos objetivos do Ifes no âmbito de sua competência;

X. planejar e coordenar as ações administrativas relacionadas às áreas de serviços, materiais e patrimônio;

XI. acompanhar legislação relativa a critérios para contratações de serviços terceirizados;

XII. realizar o acompanhamento e controle da execução de contratos;

XIII. supervisionar as atividades referentes à área de pessoal terceirizado, procedendo ao acompanhamento da folha de pagamento.

No Plano de Desenvolvimento Institucional do Ifes também identificamos medidas propostas que se relacionam com a temática da segurança, como a previsão de incremento da Infraestrutura de alguns campi, conforme exemplo da tabela abaixo:

Infraestruturas Previstas					
Campus	Descrição	Status	Fontes*	Prioridade	Valor total estimado (RS)
Cachoeiro de Itapemirim	Cercamento do Campus para sua devida segurança	A atender	Nova demanda		268.000,00

Em relação aos controles internos, ao longo do presente trabalho trataremos a identificação da existência de conjunto de atividades, planos, métodos, indicadores e procedimentos utilizados pela gestão com vistas a manter a segurança dos servidores, alunos, pesquisadores, terceiros e visitantes, bem como a avaliação quanto aos aspectos de adequação e eficácia desses controles.

1.6. Definição da amostra

Na realização do trabalho de auditoria, é crucial equilibrar a qualidade e a abrangência da análise com os recursos disponíveis, incluindo tempo e pessoal. Sendo assim, em função dos recursos humanos e do tempo disponíveis para a execução deste relatório, foram selecionados para a amostra os campi da grande Vitória (Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica), a Reitoria, e os campi Santa Teresa, Alegre, Cachoeiro de Itapemirim e Aracruz. Para a seleção da amostragem utilizou-se o critério não probabilístico, ou seja, a escolha se deu ao arbítrio do auditor.

Ressalta-se que as verificações in loco foram realizadas apenas nos campi: Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica.

1.7. Programa de trabalho

Os trabalhos de avaliação foram realizados em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal e as técnicas de auditoria utilizadas foram:

- Análise documental;
- Exame dos registros;
- Indagação oral ou escrita (solicitações de auditoria – SAs, questionários);
- Inspeção/visitas in loco;
- Correlação das informações obtidas;
- Consultas a sistemas informatizados: Site do Ifes, Gedoc.

1.8.Coordenação e Alocação da equipe de trabalho

A equipe de trabalho será composta da seguinte forma:

Nome	Formação	Função
Abdo Dias da Silva Neto	Direito	Supervisor
Cíntia Petri	Direito	Auditora
Rafael Barbosa Mariano	Administração	Auditor

Recursos humanos – 2 auditores

Tempo - 59 dias úteis

Total de horas trabalhadas – 880 horas

A coordenação dos trabalhos de auditoria foi designada à servidora Cíntia Petri.

1.9. Papeis de trabalho

Os Papeis de Trabalho (PT's) dessa auditoria constituem um registro permanente do trabalho efetuado pela equipe de auditoria e é composto por um conjunto de documentos probatórios, registro de exames e anotações de informações que compõem as evidências obtidas ao longo da execução dos trabalhos e que contribuíram para a formação da opinião da equipe. Essa documentação que deu suporte ao trabalho obedeceu aos seguintes preceitos básicos: lógica, concisão, correção linguística e clareza.

Assim, apresenta-se a seguir, os papeis de trabalho desta auditoria:

- Solicitação de Auditoria à Proen e às Diretorias de Administração dos campi selecionados;

II. EXECUÇÃO DOS TRABALHOS DE AUDITORIA

2.1 Mapeamento dos ataques ocorridos no Brasil

Para o início da execução do trabalho de auditoria, buscou-se mais informações a respeito dos ataques ocorridos a escolas no Brasil nos últimos anos com o objetivo de entender e responder a alguns questionamentos como: a) quais foram os principais motivadores dos ataques? b) qual o perfil dos agressores? c) quais medidas poderiam ter sido adotadas para evitar tais ataques? dentre outros.

Nesse contexto foi identificado um estudo realizado em 2023 que resultou no relatório denominado 'Ataques de violência extrema em escolas no Brasil: causas e caminhos', elaborada pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) e pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), coordenada pela professora Telma Vinha e pela mestrande Cleo Garcia. Para realizar a coleta dos dados, os pesquisadores recorreram a uma extensa pesquisa documental (impressa, áudios e vídeos) de diferentes formas: entrevistas, reportagens, boletins de ocorrência, processos judiciais, dentre outros.

Esse estudo apresentou o mapeamento dos ataques ocorridos no país cometidos por estudantes e ex-estudantes de 2001 até outubro de 2023. No período analisado foram contabilizados 40 ataques a escolas, dos quais 36 foram realizados por alunos ou ex-alunos das instituições que deixaram 40 vítimas fatais e 102 feridos.

No levantamento realizado verificou-se que dos 36 ataques ocorridos, 21 ocorreram nos últimos dois anos do levantamento, ou seja, num intervalo de 20 anos entre 2001 e o final de 2021 ocorreram 15 ataques, e em apenas dois anos - entre 2021 e 2022 - ocorreram os outros

21. Os ataques tiveram como alvo principalmente as escolas públicas (81%) com predominância de escolas que atuam no ensino médio e no final do ensino fundamental. Um ponto que merece destaque é que, de acordo com a pesquisa, o Espírito Santo é o estado com o quarto maior número de ataques no período levantado, ficando atrás apenas de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia.

Outro ponto que se destaca é em relação ao perfil dos agressores: quase a totalidade dos ataques (92,5%) foram realizados por alunos ou ex-alunos das escolas atacadas e não por agentes externos. Todos os agressores eram do sexo masculino com idade entre 10 e 25 anos, sendo que 76,92% eram menores de idade e 46,15% tinham entre 13 e 15 anos quando cometeram os ataques. Via de regra esses autores tinham nenhuma ou poucas relações interpessoais e não eram considerados “populares” na escola. ‘Demonstravam gosto pela violência e culto às armas de fogo e possuíam concepções e valores opressores (racismo, misoginia e ideais nazistas)’.

Em relação às vítimas, embora a maioria fosse estudante e do sexo feminino, o relatório não afirmou que os crimes tiveram como motivação o gênero, vez que vários fatores podem interferir nas pessoas atingidas no momento da violência, como por exemplo, as pessoas que estavam no caminho do autor na hora do ataque, sua ansiedade, as armas utilizadas etc.

Dados similares foram identificados na monografia de conclusão do curso de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos pelo aluno Douglas Cordeiro, no qual foi realizado o levantamento de todos os casos de School Shooting ocorridos no Brasil de 1994 a 2024. "School shooting" é um termo em inglês que se refere a um ataque armado que ocorre em uma instituição educacional, como uma escola primária, secundária ou universidade. Esse tipo de incidente geralmente envolve um ou mais autores que se utilizam de arma branca ou armas de fogo para atacar dentro das instalações da escola, resultando em ferimentos e mortes de estudantes, professores e funcionários.

O levantamento feito corrobora as principais constatações da pesquisa mencionada acima: foram 44 casos ocorridos no período selecionado, dos quais a grande maioria (72,7%) ocorreu entre os anos de 2019 a 2023. A região sudeste (65%) e as escolas públicas (86,7%) foram os principais alvos escolhidos pelos autores. Quanto às vítimas, 75,2% eram estudantes e 51,5% eram do sexo feminino. Em relação aos autores verifica-se uma constatação semelhante: todos eram do sexo masculino, com idades que variavam entre os 9 e os 39 anos, e eram estudantes (71,4%) ou ex-alunos (26,1%) da instituição.

Tais informações são de extrema importância pois demonstram que o alvo preferido dos autores são escolas públicas e, principalmente, que a principal ameaça vem de dentro da própria escola e não de pessoas externas.

Com relação aos fatores que podem gerar esses atos de violência, o relatório da UNESP com a UNICAMP afirma que são diversos e que não podem ser considerados isoladamente. Destacam-se como fatores gerais: 1) o efeito contágio, em que a divulgação detalhada pela mídia dos ataques, autores envolvidos e motivação têm servido de incentivo a outras pessoas com ‘perfis’ violentos; 2) disseminação de postagens em redes sociais, que provoca efeito semelhante ao anterior; 3) ecossistema de fomento a violência, que caracteriza-se pela geração de um ambiente de ódio formado por lideranças, portais de comunicação, redes sociais com discursos conspiratórios etc; 4) perseguição, exposição, pressão nas escolas, que são movimentos que na mesma linha do anterior objetivam incentivar os alunos a denunciarem professores que estejam realizando doutrinação política e/ou ideológica; 5) grupos sociais, as influências das interações nos grupos sociais como os familiares e amigos; 6) vulnerabilidade social, a insegurança financeira; 7) pandemia Covid 19 gerou um contexto de medo e incertezas, isolamento prolongado, conflitos e violências dentro da própria família que afetaram as relações, a saúde mental e o bem-estar emocional das pessoas.

Quanto à influência das interações on-line, jogos violentos, os pesquisadores informam que há estudos e conclusões tanto no sentido de que tais jogos não possuem influência ou incentivo a violência quanto no sentido de que tais interações promovem um estímulo a violência. Entretanto, a pesquisa afirma que embora não haja uma relação causal com atos de violência, a cultura gamer tem muitos elementos de violência e intolerância, tais como crueldade, machismo, misoginia, homofobia, entre outros. Ademais percebe-se que no contexto dos ataques às escolas foram usadas expressões características da cultura gamer, tais como “fazer kill” em referência a matar, “usar skin” que é a roupa a ser utilizada, e “alta pontuação” que se refere a matar mais pessoas.

Em relação às chamadas comunidades mórbidas, verificou-se que o acesso a elas e seus conteúdos extremistas e violentos podem ser encontrados facilmente na internet, em tais comunidades/grupos há o compartilhamento de materiais que induzem a cometer assassinatos como a divulgação de tutoriais de ataques, imagens e vídeos de mortes violentas, fabricação de explosivos, promoção de ódio a minorias e ideais neonazistas.

Nesse delicado período de transição da infância para a vida adulta, com suas mentes ainda em formação, seus hormônios aflorando, seus corpos se transformando e suas necessidades de interações sociais mudando, o jovem que não consegue a aceitação e a validação desejadas em seu seio familiar e em seu ambiente de convívio, como a escola por exemplo, tende a procurar engajamento em outros locais e caso esse outro local encontrado seja nas interações on-line com jogos violentos e comunidades mórbidas, fatalmente haverá o aumento do adoecimento mental e violência.

Assim, do contexto apresentado nas pesquisas, depreende-se que um controle de acesso eficiente é importante, mas não suficiente para impedir a ocorrência de atentados uma vez que, sendo alunos ou ex-alunos, os autores têm acesso ao interior das escolas normalmente. Reforça-se então a importância das medidas complementares que podem ser tomadas para diminuir a possibilidade de ocorrência dos ataques e que serão abordadas mais profundamente no objetivo 2: campanhas e ações de conscientização e formação de cultura de paz, a existência de um canal seguro para o recebimento de denúncias anônimas, um estreito relacionamento com a comunidade e com os órgãos de segurança pública, a identificação, acompanhamento e acolhimento de alunos que requerem acompanhamento psicológico, dentre outros.

2.2 Dos Controles de Acesso

2.2.1 Quanto às visitas in loco

Conforme delimitado no escopo do primeiro objetivo traçado, procedemos as visitas in loco nos campi do Ifes selecionados na amostra a fim de verificar na prática os procedimentos de segurança para o controle de acesso dos usuários. Importante destacar que os auditores que fizeram as visitas in loco estavam com vestimentas comuns e não possuíam qualquer identificação de que eram servidores do Instituto. Seguem as constatações:

No dia 05/03/2024 às 15:30h um (a) de nossos (as) auditores (as) esteve no campus Vila Velha, estacionou o carro no estacionamento rotativo da rua e seguiu andando em direção a entrada de pedestres do campus, o portão estava aberto e na entrada notou-se que o campus possui câmeras de vigilância e catracas para acesso, entretanto algumas estavam acorrentadas e duas estavam abertas. Então o (a) auditor (a) passou facilmente e a pessoa que estava dentro da

cabine/guarita, em pé de costas para entrada e falando ao celular, sequer notou a entrada de um (a) desconhecido (a), sem uniforme e portando uma bolsa grande.

Nosso (a) auditor (a) entrou no prédio dos alunos, conversou com alguns deles, fotografou o local, saiu e seguiu fotografando as entradas, a guarita da entrada de veículos, que também estava vazia, a guarita de pedestre que a essa altura também estava vazia, foi quando se aproximou um terceirizado que perguntou em que podia ajudar, então o (a) auditor (a) se apresentou e informou que estava avaliando as condições de segurança do campus.

Quando arguido, o terceirizado disse que sua função é a de porteiro e que é responsável pela entrada tanto de pedestres quanto de veículos. Ele estava devidamente uniformizado, porém sem crachá, ao que o mesmo alegou ter esquecido em casa. Ele informou ainda que as catracas sempre ficam abertas, mas nos horários de entrada dos alunos ele recebe a ajuda de mais duas pessoas que só permitem a entrada de alunos uniformizados. A informação acerca da entrada apenas de alunos uniformizados foi confirmada pelo (a) auditor (a) ao conversar com alguns alunos do campus.

Logo em seguida apareceu um vigilante armado que estava fazendo sua ronda no campus. O porteiro informou que se comunica com o vigilante via rádio e que à noite o campus conta com dois vigilantes armados.

No dia 07/03/2024 às 09:30h um (a) de nossos (as) auditores (as) esteve no campus Cariacica e se dirigiu a entrada de pedestres do campus, o portão estava aberto e havia uma mulher na guarita de pedestres e um homem na guarita dos carros, foi constatada a presença de câmeras de segurança em ambas as entradas e da cancela fechada na entrada dos veículos.

O (a) auditor (a) entrou no campus pela entrada de pedestres com facilidade apesar de ter sido notada sua entrada tanto pela ocupante da guarita de pedestres quanto pelo ocupante da guarita de carros. Nenhum dos dois abordou o (a) auditor (a) para solicitar sua identificação e/ou motivo da visita. Entretanto cumpre ressaltar que ambos estavam atentos à movimentação.

O (a) auditor (a) se dirigiu ao prédio onde possui salas de aula e conversou com um aluno que estava no corredor, o mesmo informou que notou que logo após os atentados nas escolas de Aracruz em 2022 a segurança foi reforçada no sentido de solicitação de carteirinha dos estudantes para entrada no campus, tanto pela guarita dos pedestres quanto pela guarita dos carros, porém informou que atualmente ninguém tem solicitado a apresentação da carteirinha para sua entrada e sobre isso não soube informar se houve um “relaxamento” com o passar do

tempo ou se simplesmente os porteiros e vigias já o conhecem e portanto não veem a necessidade de pedir sua identificação para entrada.

Sendo assim, o (a) auditor (a) voltou para a guarita de pedestres e conversou com a mulher que lá estava. Quando questionada sobre a falta de seu uniforme, ela informou que está gestante e seu uniforme ainda não ficou pronto. Quanto ao crachá disse que não possui, informou que seu cargo é de Auxiliar Administrativo e que ocupa a função de recepcionista. Quando arguida sobre qual o procedimento para a entrada dos alunos, ela informou que atualmente não tem solicitado a carteirinha de estudantes pois a maioria dos alunos são uniformizados e também já são conhecidos por todos.

Quanto ao acesso de visitantes no campus, ela informou que é solicitado o nome, sobrenome, telefone e qual o setor pretende ir e em seguida a pessoa recebe um crachá de visitante que será devolvido em sua saída. Então o (a) auditor (a) redarguiu o por que não fora a ele (a) solicitadas tais informações, ao que a recepcionista informou que não notou sua entrada.

Em seguida, o (a) auditor (a) dirigiu-se à entrada de veículos para conversar com o ocupante da guarita, que ressalta-se estava uniformizado, identificado com crachá e armado. Constatou-se que o campus possui sistema de videomonitoramento e as imagens estavam sendo monitoradas pelo vigilante, constatou-se também que nenhum carro estava entrando sem ser parado para identificação. O vigilante informou que estão em processo de cadastramento da imagem do rosto dos usuários do estacionamento para que o acesso seja por reconhecimento facial, informou também que tem conhecimento que o campus pretende, num futuro próximo, instalar catracas na entrada dos pedestres para que o controle de acesso seja eletrônico.

No campus Vitória, a visita ocorreu no período da tarde no dia 05/03/2024 e, em relação à existência de dispositivos eletrônicos, foi identificada a existência de catracas de acesso na entrada principal do campus, embora não estivessem funcionando. Verificou-se também a existência de câmeras, mas não foi possível confirmar se estavam funcionando. Quanto ao acesso, verificou-se que haviam três terceirizados na entrada de pedestres do campus, sendo um vigilante armado e outros dois que estavam atuando no controle do acesso. Todos estavam uniformizados, embora apenas o vigilante estivesse com o crachá de identificação.

Ao tentar adentrar no campus, o acesso foi barrado e foi solicitada a informação de onde o (a) auditor (a) ia (setor) e se tinha horário agendado. Após informar o setor, a

receptionista perguntou o nome do (a) auditor (a) e ligou para o setor que havia sido informado em busca de autorização para permitir a entrada, o que demonstra um correto funcionamento do controle de entrada de pessoas estranhas no campus. Apesar disso, em relação aos alunos, esses entravam e saíam sem a necessidade de identificação física ou eletrônica.

No campus Serra, a visita in loco ocorreu no mesmo dia no período da tarde e verificou-se que os portões de entrada e saída de pedestres e automóveis estão dispostos um do lado do outro na parte externa do campus. Além de não ter sido identificado nenhum controle de acesso aos veículos no campus, a guarita que fica ao lado do portão onde os veículos entram estava vazia.

No portão de pedestres também não existia nenhum tipo de controle, de forma que a entrada no campus ocorreu sem nenhum problema. Havia apenas um vigilante que estava uniformizado a vários metros de distância do portão de acesso. Já na parte interna do campus, para adentrar no prédio, verificou-se a existência de uma receptionista que estava uniformizada e que, no momento da entrada do (a) auditor (a), estava atendendo uma pessoa. Assim, não houve qualquer questionamento para a entrada no campus. Quanto aos dispositivos eletrônicos, não foi observada a existência de dispositivos de controle de acesso, mas verificou-se a existência de várias câmeras de segurança espalhadas pelo campus.

Constata-se assim que houve falhas no controle de acesso dos campi e que há a necessidade de aprimoramento dos protocolos de acesso, principalmente na identificação dos usuários, e um melhor treinamento dos responsáveis pela segurança e por realizar esse controle, bem como a adequação da estrutura física quando for o caso.

Dos quatro campi avaliados, apenas o campus Vila Velha possui um normativo que regulamenta o acesso de pedestres e veículos no campus por meio da Portaria nº 242/2019. O restante ou possui apenas orientações verbais aos responsáveis pelo controle de acesso ou apenas normativos que regulamentam a entrada de veículos no campus, conforme será abordado no item 2.4 abaixo. Observou-se que há também na Reitoria uma norma de controle de acesso de pedestres e veículos por meio da Portaria 1.831/2019.

Estabelecer critérios e procedimentos para o controle de acesso e circulação interna é crucial para proteger as pessoas, os ativos patrimoniais, garantir o cumprimento da lei, promover a transparência e manter um ambiente de trabalho seguro e produtivo. Além disso, a existência de um normativo publicado possibilita que todos os usuários tenham acesso e

ciência das normas estabelecidas e possam cumpri-las de acordo com o que foi estabelecido.

Entende-se que tal regulamento deve conter critérios mínimos a serem seguidos, como os que podem ser identificados na portaria que regulamenta o controle de acesso no campus Vila Velha, quais sejam: os dias e horários em que pode haver a entrada de servidores, estudantes e visitantes e os casos em que deverá haver autorização do diretor do campus; como deverá se realizada a entrada e a identificação de servidores, alunos, estagiários, ciclistas, demais usuários, vans, motos e veículos; forma de utilização do estacionamento e destinação das vagas; dentre outros.

Contudo, cumpre dizer que pode haver mais critérios que ampliem o rol listado acima - de acordo com a realidade de cada campus - como por exemplo o acréscimo de normatização que estabeleça o profissional/setor responsável pelo controle de acesso ao campus; quais são as áreas de acesso restrito e de segurança (caso existam); qual procedimento a ser adotado para entrada e saída de bens patrimoniais; e qual profissional/setor responsável pelo controle de chaves das instalações e dos veículos.

Pode ainda estarem previstos os procedimentos a serem adotados pelos gestores, servidores e alunos no caso de ocorrer um ataque à escola, que contemple procedimentos em caso de ataque, tais como: acionamento de alarme/botão de pânico, acionamento da segurança pública por meio de telefone de emergência, como se portar diante do agressor, quais os caminhos de evacuação, e etc.

Nesse sentido, aponta-se como boas práticas o “Manual de Normas e Procedimentos de Controle de Entrada e Saída” do IFSP, disponível em https://cbt.ifsp.edu.br/images/Documentos/Normas_e_Procedimentos_ENtrada_e_Sa%C3%A Dda_no_C%C3%A2mpus0001.pdf, a “Norma de Controle de Acesso e Circulação Interna” da Empresa Brasil de Comunicação, disponível em https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/nor_204_-_norma_de_controle_de_ acesso_e_circulacao_interna_-_deliberacao_direx_no_47_29.07.2021_0.pdf, que traz em seu bojo conceitos e critérios para o controle de acesso nas dependências daquele órgão e o Protocolo de Segurança da Polícia Militar de Goiás disponível em https://www.mpgp.mp.br/portal/arquivos/2023/04/12/17_31_09_676_Cartilha_PM_seguranc_a_ escolas.pdf que traz procedimentos de controle de acesso e de procedimentos no caso de um ataque.

2.2.3 Quanto aos Contratos Administrativos

Ainda com relação ao escopo 1 passamos a verificação dos contratos administrativos de terceirização dos serviços de segurança, vigilância e de demais agentes responsáveis pelo acesso de pessoas e veículos na Reitoria e nos campi da amostra selecionada.

Verificou-se que tanto na Reitoria quanto nos campi os contratos administrativos abrangiam a contratação de segurança armada e desarmada com a finalidade de se proteger não apenas os bens patrimoniais da instituição, mas também de garantir a segurança dos servidores, prestadores de serviços, estagiários, alunos e demais usuários.

Merece destaque o processo nº 23158.001093/2021-15 que objetivou a contratação de serviços de vigilância para os campi Aracruz, Cariacica e Serra, cujo Termo de Referência destacou em seu item 8 de forma pormenorizada todas as atividades que devem ser desenvolvidas pelo contratado, tais como: comunicação imediata à administração de qualquer anormalidade; manutenção em local visível do número do telefone da Delegacia de Polícia da Região e do Corpo de Bombeiros; permissão de ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas; obrigatoriedade de manter sempre os portões fechados e de fiscalizar a entrada e saída de veículos nas instalações, identificando o motorista e anotando a placa do veículo, inclusive de pessoas autorizadas a estacionar seus carros particulares na área interna; obrigatoriedade de fazer o repasse de informações para o próximo que assumir o posto; proibição de ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados sem a devida autorização da Administração; proibição de aglomeração de pessoas junto ao posto de vigilância; orientação para execução das rondas, entre outros.

Ressalta-se que da amostra selecionada, não foi possível verificar os contratos administrativos dos campi Vila Velha, Cachoeiro e Santa Teresa, pois os mesmos não foram disponibilizados nas pastas no site institucional como os demais.

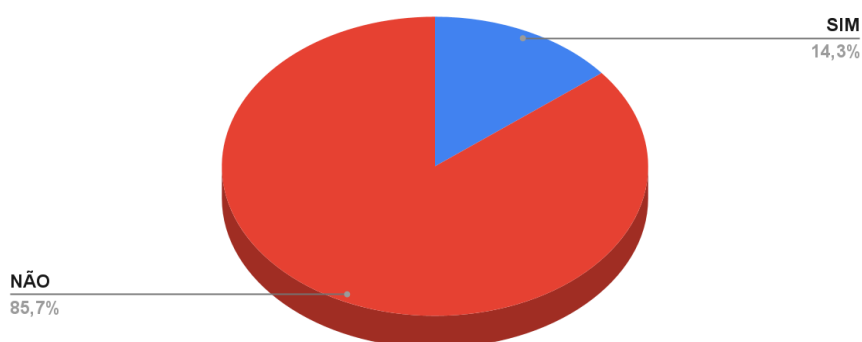
É importante frisar, como dito anteriormente, que levando-se em consideração a extensão da estrutura física dos campi do Ifes e o grande fluxo de pessoas dentre servidores do corpo técnico e docentes, alunos, pesquisadores, terceiros e visitantes, se faz necessário promover o aprimoramento da elaboração bem como da gestão dos contratos de terceirização dos serviços de segurança, vigilância e de demais agentes responsáveis pelo acesso de pessoas e veículos no instituto como forma de contribuir para a melhoria da segurança. Assim,

entende-se que termos de referência como o destacado acima contribuem sobremaneira para a informação e monitoração das atividades que devem ser executadas pelos contratados.

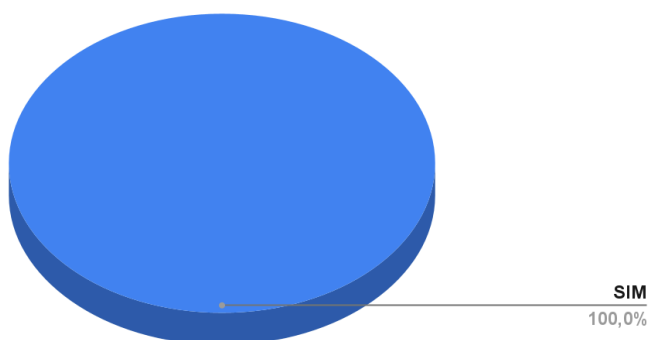
2.2.4 Quanto às respostas dos Diretores de Administração

Com o objetivo de compreender melhor a temática sobre a segurança nos campi, foi encaminhado um questionário com 13 perguntas para os diretores de administração dos 8 campi selecionados na amostra. Ressaltamos que as respostas/informações encaminhadas para a Audin se tratam da percepção dos mesmos e foi a partir delas que foram realizadas as análises que seguem abaixo.

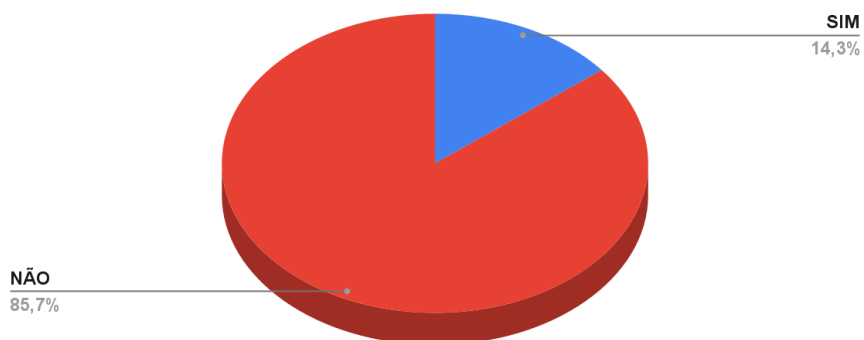
1) Existe algum normativo interno que estabeleça o padrão a ser adotado para acesso de alunos, servidores, terceirizados e demais



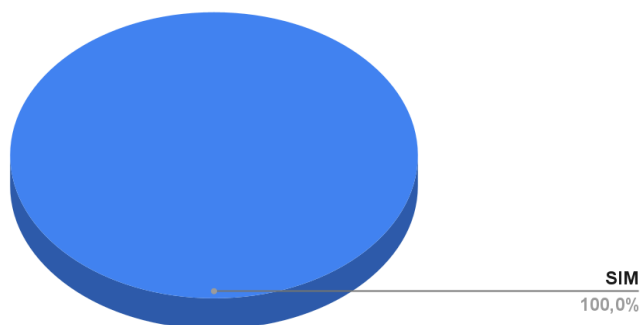
2) Caso não exista um normativo, há algum padrão estabelecido para o controle de acesso ao campus?



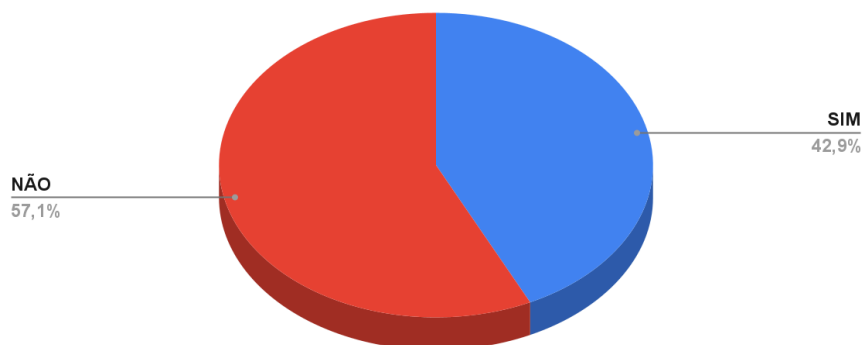
3) Você considera que a atual estrutura física do campus (portões, muros, grades, alarmes, câmeras) são adequados para a necessidade



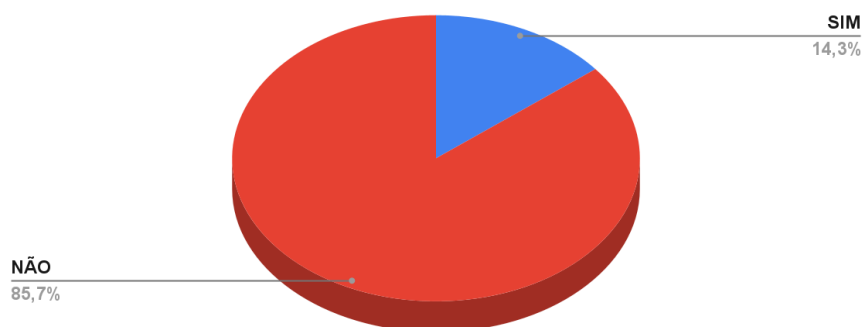
4) Os terceirizados, responsáveis pelo controle de acesso, bem como os fiscais e gestores dos contratos de vigilância e portaria possuem conhecimento das suas atribuições e receberam capacitação para desempenho de suas funções?



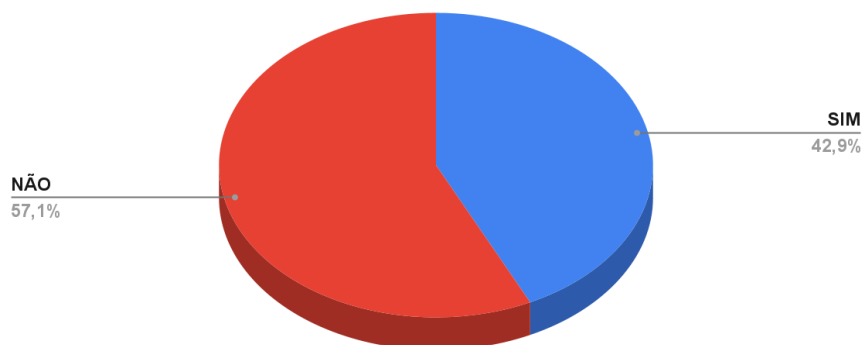
5) Você teve ciência de algum eventual plano de ataque ou invasão a seu campus?



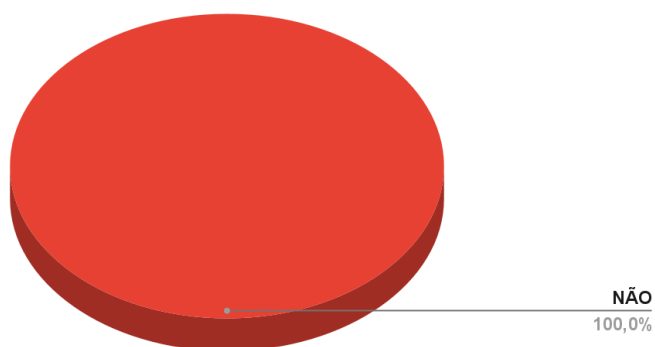
6) Foi constituída comissão para execução e planejamento de ações no âmbito local para Promoção da Cultura de Paz, conforme estabelecido na Portaria nº 2000/2023?



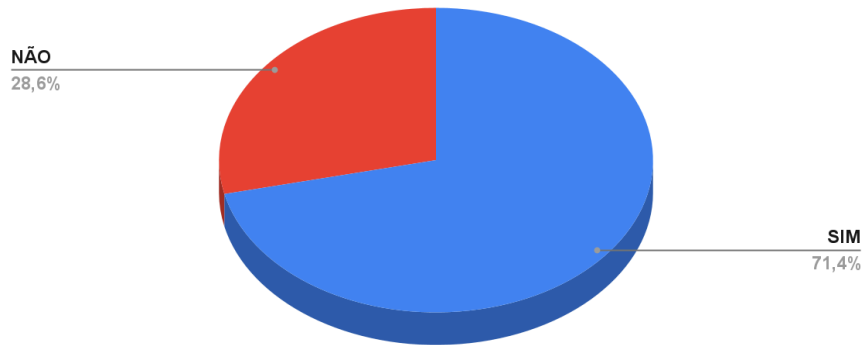
7) Foram identificadas as possíveis situações de risco e elaborados planos/projetos para fomentar a cultura da paz no campus?



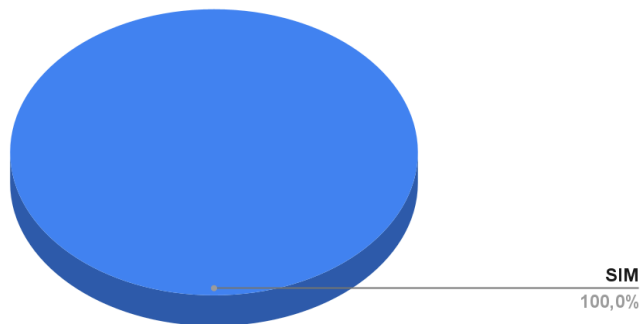
8) Houve a elaboração de documentos orientadores para a promoção da Cultura de Paz?



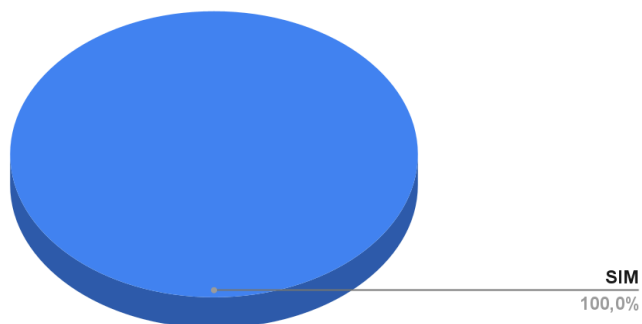
9) Foram realizadas ações de formação para os servidores relativas à temática?



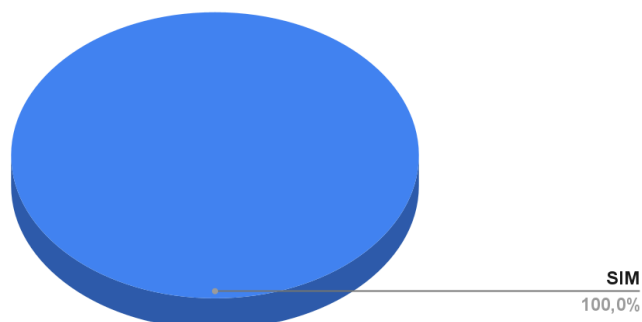
10) Há alguma ação/campanha interna de conscientização que contemple o suporte e acolhimento aos alunos no que toca à saúde mental e à assistência social?



11) Foram estabelecidos diálogos contínuos com a comunidade externa (famílias, serviços públicos de saúde mental e de assistência social, profissionais de segurança pública, dentre outros) para prevenção da violência?



12) Foram promovidas atividades gratuitas e atrativas em contraturno na instituição para a comunidade educacional, tais como: atividades esportivas, culturais, artísticas e eventos sociais?



Das respostas dos diretores de administração representadas pelos gráficos acima verifica-se que há, na grande maioria dos campi avaliados, a ausência de normativos que estabeleçam um padrão para controle de acesso de alunos, servidores e demais usuários, embora haja controles estabelecidos de maneira verbal. Apenas um possui normativos regulamentando o acesso tanto de pessoas quanto de veículos.

A existência de um normativo contendo regras e procedimentos claros para o acesso ao órgão é importante não só para a segurança e para que haja um senso comum das medidas a serem seguidas por todos, mas também contribui para a garantia da ordem e da disciplina bem como para a melhoria da eficiência operacional, facilitando o fluxo de pessoas.

Com relação à adequação da estrutura física, 85,7% dos respondentes acreditam que a atual estrutura física do seu campus não é suficiente para garantir um controle de acesso eficaz. O principal e recorrente item de melhoria apontado pelos gestores se referem a ampliação do sistema de videomonitoramento e substituição de câmeras inoperantes.

Importante destacar a pluralidade das realidades e das instalações físicas dos campi do Ifes os quais muitos têm uma extensão muito grande, localizados em áreas isoladas e/ou agrícolas, o que torna difícil e onerosa a construção de muros ou outros dispositivos que controlem o acesso ao campus ou a contratação de mais postos de vigilância. Isso reforça a necessidade de se investir em sistemas tecnológicos que permitam melhorar a eficiência dos sistemas de segurança com um custo menor.

Já em relação à capacitação de terceirizados para todos os gestores houve uma

adequada capacitação dos mesmos em relação a suas atribuições. E também em relação à formação dos servidores em relação ao tema, a maioria dos respondentes afirmou que foram realizadas ações de capacitação. Contudo, verificou-se que a maioria sinalizou como “sim” com base na participação de alguns servidores no treinamento institucional “Segurança no Âmbito Escolar” realizado no campus Aracruz. Ou seja, não houve novos treinamentos/capacitações realizados pelos próprios campi.

Foi perguntado também se os gestores tiveram conhecimento de um eventual plano de ataque ou invasão a seu campus e 42,9% dos respondentes afirmaram que sim. Tal percentual chama a atenção, pois quase metade dos respondentes da amostra afirmaram que em algum momento houve a intenção de terceiros invadirem ou promoverem algum tipo de ataque ao Ifes.

Apesar disso, conforme se observa no gráfico da pergunta nº 7, a maioria dos campi avaliados não realizaram a identificação de situações de risco no campus e não elaboraram planos ou projetos para promoverem a cultura de paz no Instituto. Essa situação demonstra que o Ifes é um possível alvo de ataques e que de fato há a necessidade de se desenvolver ações que tornem o Instituto ainda mais seguro.

Em relação a Portaria nº 2.000/2023, que determina a constituição de comissões locais para a promoção da cultura de paz no Ifes, verifica-se que a grande maioria não estabeleceu a comissão e nem desenvolveu documentos orientadores a esse respeito. Apesar disso, segundo os gestores, têm sido realizadas ações de conscientização e acolhimento dos alunos no tocante à saúde mental e assistência social, bem como têm sido estabelecidos diálogos com a comunidade externa - o que inclui a família, serviços públicos de saúde e assistência social. Somado a isso o Ifes também têm promovido atividades gratuitas em contraturno, como atividades esportivas, culturais e artísticas, com a finalidade de se estabelecer o estreitamento da relação alunos, instituição, família e sociedade.

Foi realizada uma pergunta aberta para que os gestores pudessem opinar sobre qual ação teria maior impacto na questão da segurança em seu campus. De forma geral, foram apontadas principalmente ações psicopedagógicas e educativas juntamente com o acompanhamento e o atendimento psicológico dos alunos. Além disso, foram apontadas também medidas estruturais para aperfeiçoamento da segurança do campus relacionadas a questões da estrutura física e fortalecimento do relacionamento com a comunidade externa, como polícia militar, guarda municipal e as próprias famílias.

2.3 Das Ações Institucionais

No intuito de efetuar as verificações propostas no objetivo nº 2 do presente relatório, buscou-se compreender como tem se dado a institucionalização de ações e documentos que dão suporte à temática da segurança no Ifes. Assim, foi realizada ampla pesquisa no site do Ifes, em documentos institucionais, por meio de S.A. (Solicitações de Auditoria) e reuniões, cujos resultados serão detalhados abaixo.

Foi identificada inicialmente a existência de duas portarias publicadas em 13 de setembro de 2023: a Portaria nº 2.000/2023 que instituiu o Comitê Institucional para Promoção da Cultura de Paz no âmbito do Ifes, e a Portaria nº 2.001/2023 que designou os servidores para a composição do comitê. De acordo com o art. 3º da Portaria nº 2.000/2023, as competências do comitê são:

- I – propor ações voltadas à Cultura de Paz na Instituição;
- II – elaborar documentos orientadores para a promoção da Cultura de Paz;
- III – planejar e acompanhar ações de formação relativas à temática;
- IV – coordenar os trabalhos relativos às situações de risco, enfrentadas pelo Ifes, no que diz respeito à violência.

A portaria prevê ainda que o comitê deverá se reunir de maneira ordinária mensalmente (art. 4º) e que cada campus deverá “constituir uma comissão para execução e planejamento de ações no âmbito local, conforme orientações do Comitê Institucional para Promoção da Cultura de Paz, garantindo a presença das instâncias que desenvolvem ações relacionadas à educação em direitos humanos.” (art. 7º).

Em relação a sua composição, estão designados o Reitor, a Diretora Executiva, Pró-Reitores, Presidente e Vice Presidente do Fórum de Diretores Gerais, dentre outros gestores e representantes que totalizam 20 servidores. A portaria estabelece ainda que a coordenação bem como os casos omissos serão tratados pela Pró Reitoria de Ensino, ouvido, nesse último caso, o próprio Comitê (Art. 2º e art. 9º).

A composição do comitê foi um ponto de atenção verificado pela Audin, pois é formado por gestores responsáveis pela alta gestão do Instituto, que possuem inúmeras atribuições e cujas agendas são bastante sobrecarregadas. Assim, vislumbra-se a possibilidade

de haver dificuldades para a reunião mensal de todos os seus membros, conforme determina o art. 4º, e conseqüentemente dificuldades para deliberação de decisões e ações institucionais sobre a temática.

Quanto às ações realizadas, foi encontrada a página <https://ifes.edu.br/ifes-pela-paz> na qual constam links para as ações institucionais realizadas, para os manuais e documentos, para os canais para realização de denúncias e sobre o Comitê Gestor. De acordo com a página, foram realizadas as seguintes ações pelo Ifes:

- *Criação do Comitê Gestor da campanha Ifes pela Paz*, já mencionado;

- *Criação da página Ifes pela Paz*: espaço criado para disponibilizar informações e orientações para prevenir situações de violência, promover a segurança e fortalecer a cultura da paz na instituição.

- *Capacitação de gestores sobre segurança no ambiente escolar*: No dia 18/04/2023 alguns gestores do Ifes e servidores dos campi, Cefor e Reitoria participaram de capacitação sobre segurança no ambiente escolar ocorrida no campus Aracruz.

- *Adesão à campanha "Abraço pela Paz" do Conif*: adesão à campanha “Abraço pela Paz”, organizada pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) e que tem como objetivo fortalecer a cultura da paz.

Foi também solicitado por e-mail à PROEN informar as ações adotadas pelo Ifes que tiveram por objetivo tratar das questões referentes à violência/segurança na escola, à saúde mental, à conscientização sobre o tema com os alunos, servidores e comunidade externa, bem como quaisquer outras ações que se relacionem com o tema. Além das ações já listadas na página “Ifes pela Paz”, foi informado também em sua resposta a participação do Ifes no Comitê interinstitucional de Promoção à Cultura de Paz e Convivência Escolar instituído pela Secretaria da Educação (Sedu) do Estado do Espírito Santo que tem a finalidade de discutir e propor ações em favor da permanente segurança nas escolas.

No que se refere às atividades do Comitê, foi informado durante reunião realizada com a Pró Reitoria de Ensino que ainda não foi realizada nenhuma reunião pelo Comitê. Contudo, estão sendo trabalhadas lives temáticas para abordar as questões relativas à promoção da Cultura de Paz. A primeira atividade (live) está agendada para o início de maio com o tema

Saúde Mental e será direcionada para todos os servidores. Essa ação tem como objetivo “discutir os desafios e estratégias para promover a saúde mental dentro do ambiente educacional, bem como a importância do bem-estar psicológico para o desenvolvimento acadêmico e pessoal dos estudantes e educadores. O intuito é abordar as temáticas mais atuais e presentes no cotidiano da instituição, que impactam as relações estabelecidas e a produção de saúde no contexto dessas relações.”

Em relação aos campi, foram listadas na resposta da PROEN as ações realizadas por 7 dos 22 campi em atividade atualmente no Instituto. Além da participação na ação “Abraço pela Paz” e na capacitação realizada no campus Aracruz, ambas promovidas de maneira institucional, aponta-se, de forma resumida, as seguintes ações individuais mais citadas:

- Comunicados publicados nos sítios oficiais sobre o tema;
- Ampliação/aperfeiçoamento da estrutura física do campus, como a instalação de mais câmeras de segurança e construção de guaritas;
- Orientações sobre a abordagem realizada pelos vigilantes patrimoniais relacionadas ao controle de acesso ao campus;
- Apoio da Polícia Militar e/ou Guarda Municipal da região para aumento da segurança;
- Atividades pedagógicas dentro e fora da sala de aula com espaço aberto para o diálogo e reflexões, ações de conscientização, integração e interação entre os estudantes, palestras sobre o tema voltadas para os alunos, dentre outras;
- Atividades de conscientização e reflexão realizadas com professores e Técnicos Administrativos voltados para os aspectos cotidianos e da saúde mental no ambiente escolar;
- Ações realizadas para a participação das famílias;
- Atendimentos e acompanhamento de forma individual dos estudantes pelos profissionais que atuam no Ifes, psicólogos, assistentes sociais, técnicos de enfermagem, pedagogos, etc.;
- Oferecimento de atividades esportivas e culturais em contraturno;

Extraí-se das respostas encaminhadas pelos campi que existem várias iniciativas que trabalham de forma ampla e diversa a questão da saúde mental e do bullying dentro das escolas, além dos espaços de diálogo, conscientização, monitoramento e acompanhamento que são fundamentais para que seja possível trabalhar de forma preventiva a questão da segurança

nas escolas. Importante também o envolvimento dos servidores, família e órgãos de segurança para que seja possível trabalhar de forma articulada. Dentre elas destaca-se as ações realizadas pelo campus Venda Nova do Imigrante.

Apesar de se verificar a diversidade e a importância de tais ações, observa-se que acontecem ainda de maneira muito pontual e individual dentro do Ifes. Muitas das ações apresentadas pelos campi cumprem o papel de conscientização e poderiam, com as devidas adequações, se tornarem ações institucionais dentro do Ifes. Dessa forma, tendo em vista a diversidade das ações realizadas por iniciativa de alguns campi, sugere-se que o comitê identifique aquelas com maior potencial de impacto e as tornem atividades/ações padrão dentro do Instituto.

Além das ações implementadas por alguns campi dentro do próprio instituto, há também vários outros materiais, documentos e ações já realizadas e idealizadas por outros órgãos que podem ser utilizadas para o balizamento daquilo que pode ser construído dentro do Ifes.

Dentre elas estão a cartilha do MEC publicada em 2023 denominada “Recomendações para Proteção e Segurança no Ambiente Escolar¹”, o “Manual de Segurança para as Escolas²” publicado pela Secretaria de Educação do Governo do Estado do Espírito Santo e o manual desenvolvido pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro que, apesar do título ser “Manual para profissionais de Escolas Municipais e Estaduais³”, contém informações válidas que também podem ser adotadas por escolas federais.

Além dessas cartilhas e manuais, há diversos outros materiais disponíveis na internet publicados por ONGs, governos e instâncias da iniciativa privada que tratam sobre o tema, cujos pontos de destaque serão abordados abaixo.

2.3.1 Bullying

Segundo a cartilha da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, Bullying é uma expressão inglesa que tem por objetivo “a descrição de atos de violência física ou psicológica, eventuais

¹ Disponível em https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/cartilha_recomendacoes_protecao_seguranca_ambiente_escolar.pdf

² Disponível em <https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/manualesegurancanasescolas-1.pdf>

³ Disponível em <https://defensoria.rj.def.br/uploads/arquivos/42ec29629209413988a84fc97d755be5.pdf>

ou repetidos, praticados por um indivíduo (bully ou “valentão”) ou grupo de indivíduos com o objetivo de intimidar ou agredir outro indivíduo, ou grupo de indivíduos, impossibilitado(s) de se defender.” No bullying o papel de autor e vítima podem se alternar de maneira que um mesmo indivíduo pode assumir um ou outro desses papéis dependendo do contexto. Além disso, com a difusão da internet, passou a existir também a modalidade de cyberbullying, que é quando a agressão é realizada por meio das redes sociais ou outros meios virtuais.

Importante destacar que, segundo a pesquisa da UNICAMP, para todos os autores dos ataques, a escola tinha um significado negativo e representava para eles palco de sofrimento. Por meio do bullying os autores relataram terem tido experiências dolorosas envolvendo humilhação, exclusão e injustiça. Essas práticas não haviam sido identificadas pela escola e por seus profissionais, de maneira que o ataque foi tratado como um ato de vingança contra aqueles que os ofenderam, intimidaram, abusaram ou trataram injustamente.

Segundo dados da UNICEF⁴, pouco mais de um em cada 3 estudantes entre 13 e 15 anos sofrem bullying e se envolvem em brigas com agressões físicas. No Brasil, 7,4% dos estudantes sofreram bullying na maior parte do tempo ou sempre, nos 30 dias anteriores à pesquisa e 19,8% afirmaram já ter praticado bullying nos 30 dias anteriores à pesquisa. Dentre os que se sentiram humilhados pelas provocações, os principais motivos foram a aparência do corpo (15,6%) e a aparência do rosto (10,9%).

Como resposta ao bullying, o governo federal publicou dois normativos que orientam as instituições de ensino em como lidar com essa realidade. Um deles é a lei nº 14.643/2023 que autorizou o Poder Executivo a implantar serviço de monitoramento de ocorrências de violência escolar e está em desenvolvimento, e o outro é a lei nº 13.185/2015 que instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática e caracteriza o quê e quais ações podem ser consideradas como bullying. Os objetivos do programa elencados em seu art. 4º são:

- I - prevenir e combater a prática da intimidação sistemática (bullying) em toda a sociedade;
- II - capacitar docentes e equipes pedagógicas para a implementação das ações de discussão, prevenção, orientação e solução do problema;
- III - implementar e disseminar campanhas de educação, conscientização e informação;
- IV - instituir práticas de conduta e orientação de pais, familiares e

⁴ Disponível em https://www.unicef.org/brazil/media/4091/file/Educacao_que_protege_contra_a_violencia.pdf

responsáveis diante da identificação de vítimas e agressores;

V - dar assistência psicológica, social e jurídica às vítimas e aos agressores;

VI - integrar os meios de comunicação de massa com as escolas e a sociedade, como forma de identificação e conscientização do problema e forma de preveni-lo e combatê-lo;

VII - promover a cidadania, a capacidade empática e o respeito a terceiros, nos marcos de uma cultura de paz e tolerância mútua;

VIII - evitar, tanto quanto possível, a punição dos agressores, privilegiando mecanismos e instrumentos alternativos que promovam a efetiva responsabilização e a mudança de comportamento hostil;

IX - promover medidas de conscientização, prevenção e combate a todos os tipos de violência, com ênfase nas práticas recorrentes de intimidação sistemática (bullying), ou constrangimento físico e psicológico, cometidas por alunos, professores e outros profissionais integrantes de escola e de comunidade escolar.

Além disso, previu no art. 5º que é dever do estabelecimento de ensino, dos clubes e das agremiações recreativas assegurar medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate à violência e à intimidação sistemática.

Essas medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate à violência podem se dar de diferentes formas: ações para mediação de conflitos; acompanhamento psicológico e social dos indivíduos que necessitarem; promover e fortalecer a educação inclusiva; aplicar a cultura de paz por meio de ações, palestras e atividades com os alunos e familiares; incentivar a realização de atividades esportivas e/ou culturais que promovam a integração, dentre muitos outros.

Contudo, é importante destacar que o trabalho de conscientização deve envolver os profissionais que trabalham nas escolas, família e os alunos, sendo esses não apenas alvo das campanhas e ações mas também sendo conscientizados de que eles têm um papel extremamente importante na prevenção. Essa atuação dos alunos em caráter preventivo está relacionada não só em não serem coniventes e indiferentes à prática do bullying e em denunciarem quando a situação assim o exigir, mas principalmente porque são os próprios alunos que presenciam tais práticas onde os adultos e responsáveis não têm acesso, como nos intervalos das aulas, nos banheiros e até mesmo nas redes sociais.

Por isso é importante a existência e a divulgação dos canais para denúncia conforme

será abordado abaixo, sempre ressaltando o caráter sigiloso do mesmo.

2.3.2 Formação dos Profissionais

Há inúmeras formas de se identificar a violência, sendo a física de mais fácil detecção através de marcas deixadas no corpo da vítima pelo agressor, tais como hematomas, queimaduras, ferimentos etc, mas há também os sinais de violência psicológica que podem ser identificados pela mudança repentina de comportamento, alteração de humor, agressividade ou introspecção, vergonha excessiva, medo, pânico, rebeldia, ataques de raiva. Há ainda as doenças que são psicossomáticas como dores de cabeça, erupções na pele, problemas gastrointestinais. Tudo isso são fortes indícios de que a criança ou adolescente está sofrendo violência e é preciso que o profissional (professores e técnicos administrativos) esteja atento a eles para que possa socorrer o aluno e encaminhá-lo para os profissionais/setores especializados.

Entretanto, há outra questão importante a ser levantada dentro do tema segurança que é a violência institucional, ou seja, aquela causada pela instituição que deveria cuidar da criança e do adolescente que está sob seus cuidados e afastada da família. Esse tipo de violência pode ser caracterizada tanto pela violência direta, ou seja, aquela realizada diretamente pelos funcionários da instituição (assédio moral, sexual, verbal, discriminações etc), quanto pela revitimização da criança ou adolescente em vulnerabilidade, vítima de violência que procura ajuda na instituição e ao invés de encontrar acolhimento, proteção e legitimidade, muitas vezes encontra o descaso.

Assim, é fundamental que seja realizada a devida formação/capacitação dos profissionais que atuam nas escolas para que estes saibam se comportar agindo e reagindo adequadamente perante aos alunos, evitando brincadeiras e expressões que podem levar a duplas interpretações, não fazendo manifestação de apreço ou desapreço por um ou outro aluno.

Somado a isso se faz necessária ainda a realização de treinamento para que estes profissionais sejam capazes de identificar sinais de violência física, moral, sexual e sofrimento psicológico/emocional nos alunos e para que saibam fazer os devidos encaminhamentos em cada caso.

Afinal, conforme dito no tópico anterior é dever da instituição de ensino assegurar

medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate à violência e à intimidação sistemática, conforme preceitua o art. 5º da lei nº 13.185/2015.

2.3.3 Inclusão da Família nas Ações

De acordo com o Manual de Segurança para as Escolas publicado pela Secretaria de Educação do Governo do Estado do Espírito Santo “A universalização do ensino trouxe significativas mudanças para a escola, uma vez que proporcionou maior acesso dos alunos e conseqüentemente diversidade de pensamentos, valores, cultura, relações de força nem sempre harmônicas, que geram violência interna, contribuindo com o comprometimento da segurança.”

Tal percepção também pode ser notada na reunião preliminar para abertura do presente trabalho por parte da Pró-Reitora de Ensino do Ifes. Segundo ela, a escola, enquanto extensão da sociedade, reflete em seu ambiente interno os diversos problemas sociais que afetam a sociedade como um todo. Assim, questões como a violência, antes restritas a outros espaços, passam a se manifestar também nos espaços escolares. A escola se tornou um espaço de convivência de uma diversidade cada vez maior, trazendo à tona desafios que necessitam de atenção e estratégias específicas para promover um ambiente seguro e acolhedor para todos.

Sendo assim, tendo em vista que as famílias são o primeiro ambiente de socialização, educação e transmissão de princípios e valores civis, éticos religiosos em que o ser humano é inserido se faz necessário o envolvimento destas nas ações de promoção da cultura de paz nas escolas.

Nesse sentido, o referido manual de segurança do estado destaca as seguintes instruções/orientações para as escolas referente à inclusão das famílias:

- Pedir aos pais para comparecerem às reuniões nas escolas;
- Deslocar-se diretamente de sua casa para a escola e vice-versa, salvo quando autorizados pelos pais;
- Quando ameaçados por pessoas estranhas informar imediatamente a Polícia Militar, aos pais e a direção da escola;
- Comportar-se sempre de maneira segura e cautelosa, evitando discussões, brigas, mal entendidos;

•Ao fazer trabalhos em grupo na casa de algum amigo, ou na própria escola, informar antecipadamente aos pais.

Entende-se que essas e outras orientações podem ser promovidas em encontros coletivos, como reuniões, ou ainda em bate-papos individualizados para detalhar as particularidades de cada estudante e família e fazer um panorama das turmas.

É portanto primordial abrir espaço para reflexões e diálogos com as famílias, é preciso estabelecer uma relação de participação e troca efetiva/cotidiana para garantir a qualidade das ações/projetos que acontecem dentro da escola.

Desse modo, ao promover a participação ativa da família e propiciar espaços para o diálogo fica mais fácil mediar conflitos. A sensação de pertencimento e acolhimento fará toda a diferença para o engajamento e bom aprendizado dos estudantes. O dia a dia em sala de aula, mesmo diante de conflitos, fica bastante saudável e torna-se mais fácil prevenir e combater problemas, como o bullying, a ansiedade e a depressão.

2.3.4 Canais de Denúncia e Parcerias com Instituições Externas

A existência e a divulgação de um canal de denúncias que incentive e oriente estudantes, profissionais, familiares e/ou responsáveis a relatarem ameaças e atos de violência é de grande importância para cessar situações de violência que possam estar acontecendo bem como evitar futuras situações que possam por em risco a vida de estudantes e de terceiros.

Um fato apontado pela pesquisa realizada na UNESP/UNICAMP que reforça a importância da divulgação de um canal de denúncias é que, em geral, os autores dos ataques costumam anunciar de forma antecipada e pública ou para os seus pares, o que pretendem fazer. Assim, a existência de um canal de denúncias anônimas é responsável por evitar ataques como o caso registrado em Ubá (MG)⁵ no qual por meio de uma denúncia anônima um estudante que se inspirou nos ataques realizados em Aracruz (ES) entrou na escola portando um machado e um martelo e tinha como um dos possíveis alvos a Diretora da escola.

Com a informação antecipada da intenção do aluno foi possível mobilizar os gestores da escola, o conselho tutelar e a polícia militar que agiram de forma preventiva, impediram a realização do massacre e puderam dar o devido encaminhamento para o adolescente responder

⁵ Disponível em https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/12/01/interna_gerais,1428481/aluno-se-inspira-em-atirador-de-aracruz-e-planeja-massacre-em-escola-de-mg.shtml acessado em 02/04/2024

pelo seus atos e ser tratado e acompanhado por uma equipe multidisciplinar.

Nesse contexto, o governo federal lançou o programa denominado “Escola Segura” em abril de 2023 - do qual o Ifes é signatário - com objetivo de garantir a segurança a estudantes e educadores no ambiente escolar. Segundo consta no site do Ministério da Justiça e Segurança Pública⁶, foram realizadas mais de 400 prisões desde o seu início. Nesse programa foi criado um canal exclusivo para recebimento de informações de ameaças e ataques contra as escolas por meio do link <https://www.gov.br/mj/pt-br/canais-de-denuncias/escolasegura> na qual as denúncias são anônimas e sigilosas.

Foi lançado também um APP chamado “Proteja Brasil” com iniciativa do UNICEF e do Ministério dos Direitos Humanos e que é integrado com o Disque 100, principal canal de denúncia de violações de direitos humanos do país. Tanto pelo aplicativo quanto por meio de ligação telefônica é possível fazer a denúncia de crianças e adolescentes que possam estar sendo alvos de discriminação, cyberbullying ou qualquer outras ações que atentem contra os direitos humanos.

Além desses, existem também os canais de denúncia da Polícia Militar disponíveis a toda a população, como o 190, bem como eventuais canais diretos de comunicação que podem ser estabelecidos entre a escola e a polícia por meio de parcerias e convênios com este fim.

Ainda nesse contexto, é possível se pensar em estratégias que envolvam a participação de agentes externos à escola não só para a atuação repressiva mas também para a atuação preventiva, como a Polícia Militar (PM), a Guarda Municipal, Bombeiros/Samu, o Ministério Público (MP), o Conselho Tutelar e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para tratar de temas sensíveis à segurança como a questão das drogas, do bullying, dos diversos tipos de violência, dentre outros por meio de palestras e outras atividades de conscientização.

Assim, ao se debruçar sobre o assunto ‘segurança no ambiente escolar’ percebe-se um consenso entre os pesquisadores, profissionais e estudiosos do tema, qual seja, as causas da violência incidem em questões multifatoriais, tais como bullying, discriminações, preconceitos, consumo de álcool e drogas, vulnerabilidade econômica, social e cultural, arranjos familiares disfuncionais, etc. Como tais fatores muitas das vezes estão interligados entre si, torna a questão ainda mais complexa exigindo um aprofundamento e esforço conjunto da escola,

6

<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/lancada-em-abril-operacao-escola-segura-ja-efetuou-400-prisoas-e-apreensoes> acessado em 18/03/2024

governo, família e sociedade na construção de um ambiente mais harmônico, igualitário e saudável que permita ao indivíduo se expressar e desenvolver com liberdade e respeito.

III. COMUNICAÇÃO DOS RESULTADOS DOS TRABALHOS DE AUDITORIA

A comunicação dos resultados dos trabalhos será realizada por meio de reunião de busca conjunta com o Comitê Institucional para Promoção da Cultura de Paz no Ifes. Após conhecimento do relatório preliminar, o destinatário acima mencionado acima mencionado pôde se manifestar caso houvesse alguma informação relevante que poderia vir a alterar as constatações e/ou recomendações decorrentes dos levantamentos realizados pela equipe de auditoria.

A finalização deste trabalho se deu com a elaboração e encaminhamento do relatório final por esta Audin, que estará disponível aos órgãos de controle externo e à sociedade, conforme preceitua Instrução normativa nº 03/2017 do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle.

Embasamento de informações suficientes, confiáveis, relevantes e úteis

A obtenção de informações probatórias necessárias e suficientes à fundamentação objetiva de achados e conclusões de auditoria foi, em certa medida, adequada, pertinente e razoável, e se pautaram na aplicação de testes de auditoria, armazenados adequadamente nos papéis de trabalho, consideradas as circunstâncias que o envolveram.

Desempenho da unidade auditada quanto aos aspectos avaliados

O Desempenho do Ifes no que corresponde aos aspectos avaliados neste trabalho foi considerado parcialmente satisfatório pelas constatações apresentadas.

Recomendações:

Abaixo destacamos as constatações e recomendações concernentes aos elementos e estudos realizados no presente relatório.

Constatação 1: Ausência de normatização institucionalizada sobre controle de acesso e segurança nos Campi e Reitoria e ausência de normatização específica nos campi.

Recomendação 1. Recomenda-se ao Comitê Institucional para Promoção da Cultura de Paz no Ifes a elaboração de normativo institucional contendo diretrizes mínimas de controle de acesso e circulação interna a serem seguidos e propondo em seu texto a elaboração e a publicação de normativos próprios (Portarias) pela Reitoria e pelos Campi do Ifes adaptados à realidade de cada um (Inciso II e IV, art. 3º da Portaria nº 2000/2023);

Constatação 2: Ausência de ações institucionais que orientem e promovam a cultura de paz no Ifes

Recomendação 2: Recomenda-se ao Comitê Institucional para Promoção da Cultura de Paz no Ifes o planejamento, a elaboração e a coordenação das seguintes ações institucionais que devem ser realizadas pelos campi (Inciso I, III e IV, art. 3º da Portaria nº 2000/2023, art. 5º Lei nº 13185/2015):

- a) Ações que contemplem atividades pedagógicas dentro e fora da sala de aula com espaço aberto para o diálogo e reflexões sobre a temática da violência e enfrentamento ao bullying;
- b) Oferecimento de atividades esportivas e culturais em contraturno;
- c) Treinamento/capacitações dos servidores quanto à forma de relacionamento com os alunos e em relação à identificação, monitoramento e tratamento de situações de violência na escola;
- d) Ações que propiciem a abertura de espaço para participação, reflexão e diálogo com as famílias;
- e) Busca de apoio e parcerias, quando possível, com órgãos externos como a Polícia Militar, Guarda Municipal, Conselho Tutelar, serviços públicos de saúde mental e de assistência social, etc.
- f) Publicação, tanto por meio de cartazes quanto nos sites institucionais, dos canais de denúncia disponíveis (telefones, sites, etc.) e o incentivo a sua utilização quando necessário;
- g) Orientação aos campi e Reitoria quanto ao aprimoramento da elaboração bem

como da gestão dos contratos de terceirização dos serviços de segurança, vigilância e de demais agentes responsáveis pelo acesso de pessoas e veículos no instituto de modo que informe e monitore as atividades que devem ser executadas pelos contratados;

h) Orientação aos campi e Reitoria para realização de um estudo/levantamento que identifique as ações com melhor custo benefício para o melhoramento e aumento da segurança estrutural, como a aquisição de equipamentos de monitoramento remoto, equipamentos de controle de acesso, construção de muros e guaritas ou mesmo a contratação de mais postos de vigilância.

A Equipe de Auditoria Interna agradece a atenção dispensada.

Vitória, 30 de abril de 2024.

Cintia Petri
Auditora

Rafael Barbosa Mariano
Administrador

Ciente do relatório
Abdo Dias da Silva Neto
Chefe da Auditoria Interna do Ifes